

# Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso

Ingedore G. Villaça Koch\*

## Resumo

N

esta discussão, vou levantar algumas questões relacionadas à referenciação quando efetuada por meio de formas nominais, partindo dos seguintes pressupostos de que: 1. referenciação é uma atividade cognitivo-interativa realizada por sujeitos sociais; 2. “referentes” não são “coisas” do mundo real, mas objetos de discurso, construídos no decorrer dessa atividade; 3. processamento do discurso, por ser realizado por sujeitos ativos, é estratégico, isto é, implica, da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que a língua oferece.

*Palavras-chave:* cognição; processamento textual; referenciação; formas nominais referenciais; construção/reconstrução de objetos-de-discurso

## Introdução

No início da década de 80, delinea-se com vigor a abordagem cognitiva do texto, especialmente a partir dos estudos de Van Dijk e Kintsch (1983), abordagem esta que vai ganhando cada vez mais terreno e passa a dominar a cena no decorrer da década de 90, agora, porém, com forte tendência sócio-cognitivista.

A partir desse momento, com o desenvolvimento sempre maior das investigações na área de cognição, as questões relativas ao processamento do texto, em termos de produção e compreensão, às formas de representação do conhecimento na memória, à ativação de tais sistemas de conhecimento por ocasião do processamento, às estratégias sócio-cognitivas e interacionais nele envolvidas, entre muitas outras, passaram a ocupar o centro dos interesses de grande parte dos estudiosos do campo.

Além da ênfase que já se vinha dando aos processos de organização global dos textos, passaram a assumir importância particular questões de ordem cognitivo-discursiva como referenciação, inferenciação, formas de acesso ao conhecimento prévio, entre outras mais.

A questão da referenciação textual, por exemplo, tornou-se objeto central de pesquisa de um grupo de autores franco-suíços que participavam do Projeto Cognisciences, entre os quais se podem destacar Apothéloz, Kleiber, Charolles, Berrendonner, Reichler-Béguelin, Chanêt, Mondada e D. Dubois. Estes pesquisadores passaram a dedicar especial interesse a questões ligadas à referenciação, vista como atividade de construção de “objetos-de-discurso”; à anáfora associativa, sua conceituação e sua abrangência; às operações de nominalização e suas funções, entre várias outras com elas de alguma forma relacionadas, como por exemplo, a organização tópica. O principal pressuposto destas pesquisas é o da *referenciação como atividade discursiva*, como é postulado também em Marcuschi & Koch, 1998; Koch & Marcuschi, 1998; Marcuschi, 1998; Koch, 1999). De conformidade com Mondada & Dubois (1995) e Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:228ss), passa-se a postular que a referência é sobretudo um problema que diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; e que o discurso *constrói* os “objetos” a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção.

É esta a posição que vou defender nesta minha fala: a saber, que a referenciação, bem como a progressão referencial, consistem na construção e reconstrução de objetos-de-discurso, posição que se encontra assim explicitada em Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:228):

De maneira geral, argumentaremos (...) em favor de uma concepção construtivista da referência (...); assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados ‘objetos-de-discurso’ não preexistem ‘naturalmente’ à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos – fundamentalmente culturais – desta atividade.

## A referenciação

Dentro dessa concepção, defendemos em Koch & Marcuschi (1998) que a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas num processo de (re)construção do próprio real. Sempre que usamos uma forma simbólica, manipulamos a própria percepção da realidade de maneira significativa. Dessa assunção decorre a proposta de substituir a noção de **referência** pela noção de **referenciação**, tal como postula Mondada (2001:9):

Ela [a referenciação] não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores.

A referenciação constitui, assim, uma atividade discursiva. O sujeito, na interação, opera sobre o material lingüístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização do seu projeto de dizer (Koch, 1999; 2002). Isto é, os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralingüística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação. Ou seja: a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural.

Assim sendo, defendemos a tese de que o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção. Isto é, todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada (memória discursiva, modelo textual), “publicamente” alimentada pelo próprio discurso (Apothéloz & Reichler-Béguelin, 1995:368), sendo os sucessivos estágios dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente em se tratando de expressões referenciais.

Uma vez produzidos, os conteúdos implícitos são integrados à memória discursiva juntamente com os conteúdos lingüisticamente validados, sendo, por isso, suscetíveis de anaforização. (cf. Reichler-Béguelin, 1988).

Para Berrendonner (1986), o emprego de elementos anafóricos caracteriza-se como um fenômeno de *retomada informacional* relativamente complexa, em que intervêm o saber construído lingüisticamente pelo próprio texto e os conteúdos inferenciais que podem ser calculados a partir de conteúdos lingüísticos tomados por premissas, graças aos conhecimentos lexicais, aos pré-requisitos enciclopédicos e culturais e aos lugares comuns argumentativos de uma dada sociedade.

Na constituição da memória discursiva, estão envolvidos, enquanto operações básicas, as seguintes estratégias de referenciação:

1. construção: pela qual um 'objeto' textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nódulo ("endereço" cognitivo, locação) na rede conceptual do modelo de mundo textual: a expressão linguística que o representa é posta em foco na memória de trabalho, de tal forma que esse 'objeto' fica saliente no modelo.
2. reconstrução: um nódulo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permanece saliente (o nódulo continua em foco).
3. desfocagem: ocorre quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial ('stand by'), podendo voltar à posição focal a qualquer momento; ou seja, ele continua disponível para utilização imediata na memória dos interlocutores. Cabe lembrar, porém, que muitos problemas de ambigüidade referencial são devidos a instruções pouco claras sobre com qual dos objetos-de-discurso presentes na memória a relação deverá ser estabelecida.

Pela repetição constante de tais estratégias, estabiliza-se, por um lado, o modelo textual; por outro lado, porém, este modelo é continuamente reelaborado e modificado por meio de novas referências (Schwarz, 2000). Desta maneira, "endereços" ou nódulos cognitivos já existentes podem ser, a todo momento, modificados ou expandidos, de modo que, durante o processo de compreensão, desdobra-se uma unidade de representação extremamente complexa, pelo acréscimo sucessivo e intermitente de novas categorizações e/ou avaliações acerca do referente. Vejamos o exemplo (1):

- (1) Com a perigosa progressão da *demência bélica de Bush 2<sup>o</sup>* [construção] cabe uma indagação: para que serve a ONU? Criada logo após a 2<sup>a</sup> Guerra Mundial, como substituta da Liga das Nações, representou uma grande esperança de paz e conseguiu cumprir seu papel durante algum tempo, amparando deslocados de guerra, mediando conflitos, agindo pela independência das colônias.(...)  
É. Sem guerra não dá. Num mundo de paz, como iriam ganhar seu honrado dinheirinho os industriais de armas que pagaram a *duvidosa eleição de Bush 2<sup>o</sup>, o Alopado?* [nova construção a partir de uma reativação] Sem guerra, coitadinhas da Lookheed, da Raytheon (escândalo da Sivan, lembram?). Com guerra à vista, estão faturando firme. A ONU ainda não abençoou *essa nova edição de guerra santa, do terrorismo do bem contra o terrorismo do mal.* [reconstrução por recategorização] (...) *O Caubói Alopado* [reconstrução por recategorização] já nem disfarça mais.(...) (Juracy Andrade, *Delinqüência internacional*, Jornal do Comércio, Recife, 08/02/2003).

No exemplo acima, fica patente a forma pela qual o referente G. W. Bush é construído e reconstruído no texto, segundo os propósitos do jornalista e de forma altamente argumentativa. Pode-se facilmente verificar, também, a quantidade de conhecimentos prévios exigidos do leitor da matéria para construir, de modo adequado, o sentido que lhe é proposto. Por que “demência bélica de Bush 2º”? É preciso não só saber que Bush é o presidente do Estados Unidos e que seu pai também o foi (e perceber a ironia veiculada pelo numeral ordinal, comumente usado na designação de papas, reis e imperadores), mas também que ele estava impondo ao mundo uma guerra que, para a maior parte da humanidade, parecia não ter a menor razão de ser. Em “a duvidosa eleição de Bush 2º, o Alop rado”, o leitor precisa ter conhecimento de como se realizou a apuração das eleições presidenciais em que Bush foi eleito (e a presença de um epíteto, costumeiramente empregado para denominar soberanos ou dominadores?). Em “essa nova edição de guerra santa, do terrorismo do bem contra o terrorismo do mal” cumpre saber o que eram as guerras santas, empreendidas pelos cruzados, que representavam o ‘bem’, contra os ‘infiéis’, que representavam o mal, mas agora com o acréscimo indicativo de que ambos os lados são terroristas. Finalmente, o Caubói Alop rado exige que se conheça o estado natal do presidente americano e o seu modo de vida antes de se tornar um político.

## Formas de introdução (ativação) de referentes no modelo textual

São de dois tipos os processos de construção de referentes textuais, isto é, de sua ativação no modelo textual. Para designá-los, vou me valer, de forma bastante livre, dos termos cunhados por Prince (1981), para postular que tal ativação pode ser ‘ancorada’ e ‘não-ancorada’.

A introdução será não-ancorada quando um objeto-de-discurso totalmente novo é introduzido no texto, passando a ter um ‘endereço cognitivo’ na memória do interlocutor. Quando representado por uma expressão nominal, esta opera uma categoriação do referente, como foi visto no exemplo (1).

Tem-se uma ativação ‘ancorada’ sempre que um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação. Estão entre esses casos as chamadas anáforas associativas e as anáforas indiretas de modo geral. A anáfora associativa explora relações meronímicas, ou seja, todas aquelas em que entra a noção de ingred iência, tal como descrita por Lesniewski (1989). Incluem-se, pois, aqui não somente as associações metonímicas, mas também todas aquelas relações em que um dos elementos pode ser considerado ‘ingred iente’ do outro, conforme se verifica em (2), em que *vitrines* pode ser considerado ‘ingred iente’ de shopping:

- (2) “Na semana passada, tivemos finalmente uma novidade. Foi a invasão pacífica de um shopping carioca, pela Frente da Luta Popular. Cerca de 130 pessoas, entre punks, estudantes e favelados,

entraram naquele, hum, “templo do consumo”, olharam *as vitrines*, comeram sanduíches de mortadela, declamaram poemas de Pablo Neruda e, bem, foram embora – deixando apreensões e mal-estar no ambiente.” (FSP, 09/08/2000, E-10)

Já em (3), é ‘debate em uma Universidade’ que vai ancorar a interpretação de *o jovem*, embora não se trate aqui de uma relação léxico-estereotípica (condição estabelecida por Kleiber, 1994; 2001, entre outros para a existência de uma anáfora associativa), e sim de uma relação indireta que se constrói inferencialmente, a partir do co-texto, com base em nosso conhecimento de mundo.

- (3) Durante debate recente em uma Universidade, nos Estados Unidos, o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque do PT, foi questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia. **O jovem** introduziu sua pergunta dizendo que esperava resposta de um humanista e não de um brasileiro.(...) (O Globo, 23/10/2000).

Minha proposta é que se incluam, entre os casos de introdução ancorada de objetos-de-discurso as chamadas nominalizações, tal como definidas por Apothéloz (1995): uma operação discursiva que consiste em referir, por meio de um sintagma nominal, um processo ou estado significado por uma proposição que, anteriormente, não tinha o estatuto de entidade. Assim definida, a nominalização designa um fenômeno geral de transformação de proposições em entidades. Neste caso, porém, o processo de inferenciação é distinto daquele mobilizado no caso das anáforas associativas e indiretas.

As nominalizações são consideradas por Francis (1994) como *rotulações*, resultantes de encapsulamentos operados sobre predicções antecedentes ou subseqüentes, ou seja, sobre processos e seus actantes, os quais passam a ser representados como objetos-acontecimento na memória discursiva dos interlocutores. Isto é, introduz-se um referente novo, encapsulando-se a informação difusa no co-texto precedente ou subseqüente (*informação-suporte*, segundo Apothéloz & Chanet, 1997), de forma a operar simultaneamente uma mudança de nível e uma condensação (sumarização) da informação. Do ponto de vista da dinâmica discursiva, apresenta-se, *pressupondo* sua existência, um processo que foi (ou será) predicativamente significado, que acaba de ser (ou vai ser) *posto*. Os rótulos podem, portanto, ser prospectivos e retrospectivos, como se pode ver em (4) e (5), respectivamente:

- (4) Depois de longas horas de debate, os congressistas conseguiram chegar a *uma decisão*: adiar, por algum tempo, a reforma, até que se conseguisse algum consenso quanto aos aspectos mais relevantes.
- (5) O capitão Celso Aparecido Monari, de 39 anos, lotado na Casa Militar do Palácio dos Bandeirantes, residência oficial do

governador Geraldo Alckmin, teve a prisão temporária pedida pela Polícia Federal. Ele é acusado de comandar o tráfico e também chacinas motivadas por dívidas de drogas na Zona Leste de São Paulo. *O envolvimento do oficial com o crime* foi revelado com a apreensão de 863 quilos de maconha escondidos no fundo falso de um ônibus na Rodovia Raposo Tavares, na região de Assis, Oeste do estado. (Diário de São Paulo On Line, 16/02/2003)

## Reconstrução ou manutenção no modelo textual

A reconstrução é a operação responsável pela manutenção em foco, no modelo de discurso, de objetos previamente introduzidos, dando origem às cadeias referenciais ou coesivas, responsáveis pela progressão referencial do texto. Pelo fato de o objeto encontrar-se ativado no modelo textual, ela pode realizar-se por meio de recursos de ordem gramatical (pronomes, elipses, numerais, advérbios locativos etc), bem como por intermédio de recursos de ordem lexical (reiteração de itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais etc.). O emprego de formas nominais anafóricas opera, em geral, a recategorização dos objetos-de-discurso, isto é, tais objetos vão ser reconstruídos de determinada forma, de acordo com o projeto de dizer do enunciador. É o que ocorre, no exemplo (1), nas expressões ‘o Caubói Alop rado’ e ‘essa nova edição de guerra santa, do terrorismo do bem contra o terrorismo do mal’.

## Funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais

Pesquisas têm mostrado que as expressões nominais referenciais desempenham uma série de funções cognitivo-discursivas de grande relevância na construção textual do sentido. Dentre elas, destaco aqui as seguintes:

### 1. Ativação/reativação na memória

Como formas de remissão a elementos anteriormente apresentados no texto ou sugeridos pelo co-texto precedente, elas possibilitam, como vimos, a sua (re)ativação na memória do interlocutor, ou seja, a *alocação ou focalização* na memória ativa (ou operacional) deste; por outro lado, ao operarem uma recategorização ou refocalização do referente; ou, em se tratando de nominalizações, ao encapsularem e rotularem as informações-suporte, elas têm, ao mesmo tempo, função predicativa. Trata-se, pois, de formas híbridas, referenciadoras e predicativas, isto é, veiculadoras tanto de informação dada, como de informação nova. Schwarz (2000) denomina essa função de *tematização remática*.

### 2. Encapsulamento ou sumarização

Esta é uma função própria particularmente das nominalizações que,

conforme foi mencionado, resumizam as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, encapsulando-as sob a forma de uma expressão nominal e transformando-as em objetos-de-discurso. Tem-se, nesses casos, segundo Schwarz (2000), anáforas “complexas”, que não nomeiam um referente específico, mas referentes textuais abstratos, como ESTADO, FATO, EVENTO, ATIVIDADE etc. Trata-se, como se pode ver, de nomes-núcleo inespecíficos, que exigem realização lexical no co-texto. Essa especificação contextual, efetuada a partir das proposições-suporte, veiculadoras das informações relevantes, vai constituir uma seleção particular e única dentre uma infinidade de lexicalizações possíveis. A interpretação dessas anáforas obriga o receptor não só a pôr em ação a estratégia cognitiva de formação de complexos (Müsseler & Rickheit, 1990), como ainda lhe exige a capacidade de interpretação de informação adicional. Tais expressões nominais, que são, em sua maior parte, introduzidas por um demonstrativo, desempenham, assim, duas funções: rotulam uma parte do co-texto que as precede (x é um acontecimento, uma desgraça, uma hipótese etc) e estabelecem um novo referente que, por sua vez, poderá constituir um tema específico para os enunciados subseqüentes. É esta a razão por que, freqüentemente, aparecem em início de parágrafos.

### 3. Organização macroestrutural

Como bem mostra Francis (1994:87), as formas remissivas nominais têm uma função organizacional importante: elas sinalizam que o autor do texto está passando a um estágio seguinte de sua argumentação, por meio do fechamento do anterior, pelo seu encapsulamento em uma forma nominal. Possuem, portanto, uma importante função na introdução, mudança ou desvio de tópico, bem como de ligação entre tópicos e subtópicos. Ou seja, elas introduzem mudanças ou desvios do tópico, preservando, contudo, a continuidade tópica, ao alocarem a informação nova dentro do quadro da informação dada. Desta forma, são responsáveis simultaneamente pelos dois grandes movimentos de construção textual: *retroação* e *progressão*.

Assim sendo, como também apontam Apothéloz & Chanet (1997:170), as expressões referenciais efetuam a marcação de parágrafos, incrementando, desta forma, a estruturação do produto textual. Ressaltam que não se trata aqui de parágrafo no sentido tipográfico, mas no sentido cognitivo do termo, embora, evidentemente, as duas coisas freqüentemente venham a coincidir. Observe-se o exemplo (6):

- (6) O sucesso do ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva em sua quarta tentativa de chegar à Presidência da República representa mais do que o triunfo da persistência – é a vitória do improvável. (...) *Sua primeira tentativa eleitoral*, para o governo de São Paulo, se deu em 1982 e foi um jato de água fria no entusiasmo do político iniciante. (...) *A ressaca*, curtida em exílio doméstico na companhia de alguns poucos amigos e muita cachaça de cambuci, só passou três meses depois. (...)



Em 1989, *a situação* era diferente. Lula tinha chances reais de vencer Fernando Collor, mas, como se sabe, de novo perdeu. (...) *O terceiro fracasso* ocorreu em 1994, em sua segunda tentativa de chegar à Presidência (...) (*Lula muda a História*, Istoé, 30/10/2002, p.37-38)

#### 4. Atualização de conhecimentos por meio de glosas realizadas pelo uso de um hiperônimo

O uso de um hiperônimo com função anafórica pode ter a função de glosar um termo raro e, desta forma, atualizar os conhecimentos do interlocutor, como se pode ver em (7):

- (7) Duas equipes de pesquisadores dos EUA relatam hoje descobertas que podem levar à produção de drogas mais eficientes contra o antraz. Para destruir *a bactéria*, os potenciais novos remédios teriam um alvo específico... (FSP, 24/10/2001 - A-10) (exemplo adaptado)

Em (7), o sintagma nominal definido ‘a bactéria’ pressupõe a unicidade existencial; ou seja, há uma e somente uma bactéria de que se fala nesse ponto do discurso. A sua presença em M resulta de uma inferência do tipo descendente, ou seja, a lei invocada para autorizar a inferência é a regra lexical que diz ser ‘bactéria’ hiperônimo de ‘antraz’. Mas nesse exemplo fica claro que só o conhecimento lexical é insuficiente para o processo inferencial: é preciso levar em conta também um conhecimento enciclopédico, principalmente, porque saber que ‘antraz’ é uma ‘bactéria’ exige um conhecimento especializado.

Pode-se, aqui, levantar uma questão: é possível, sem que se tenha o conhecimento lexical e/ou enciclopédico adquirido pela prática anterior da linguagem, “concluir” uma premissa geral, a saber, ‘antraz é uma bactéria’? Charolles (1999) aponta que, quando se lê um texto, não há necessariamente uma representação pré-construída de uma relação genérica, como, nesse exemplo, entre “antraz” e “bactéria”. O próprio discurso pode levar o leitor a construir esse conhecimento genérico. Não há dúvida, porém, de que aquilo que se predica a respeito do referente desempenha papel crucial nessa construção. No exemplo em questão, a propriedade de ‘destruir uma bactéria’ é atribuível a um ser humano ou a uma droga. Essa segunda alternativa é introduzida na sentença anterior por “produção de drogas mais eficientes contra o antraz”. Ora, “droga eficiente **contra** (de combate a) algo” significa que a droga tem capacidade para exterminar o antraz. Como a segunda sentença diz que quem deve ser destruído é a bactéria, então ‘antraz = bactéria’.

Em glosas por meio de um SN demonstrativo, é também comum o hiperônimo vir acompanhado de uma expansão adjetival de caráter classificatório, que vai permitir capturar o referente como uma sub-espécie, ao que Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:69) denominam ‘hiperônimo corrigido’. Veja-se o exemplo (8):

- (8) O argônio é um elemento encontrado em diminuta proporção na atmosfera terrestre. *Este gás nobre incolor e inodoro* é utilizado no enchimento de lâmpadas elétricas.

### 5. Especificação por meio da seqüência hiperônimo/hipônimo

Trata-se aqui da *anáfora especificadora*, que ocorre nos contextos em que se faz necessário um refinamento da categorização. Embora de certa forma condenada pela norma (que prefere a seqüência hipônimo/hiperônimo), este tipo de anáfora permite trazer, de forma compacta, informações novas a respeito do objeto-de-discurso, como em (9):

- (9) Uma catástrofe ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África. *Uma epidemia de Ebola* já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva.

### 6. Construção de paráfrases definicionais e didáticas

Certas paráfrases realizadas por expressões nominais podem ter por função elaborar definições, como se pode verificar em ‘colônias de gorilas’ ⇒ ‘esses grandes macacos’, em (9) e ‘argonautas’ ⇒ estes tripulantes da nau mitológica Argos’, em (10):

- (10) Vocês já ouviram falar dos argonautas? Pois conta-nos a lenda grega que *estes tripulantes da nau mitológica Argos* saíram à busca do Velocino de Ouro.

Exemplos como esse ilustram os efeitos que os autores chamam de ‘definicionais’ e ‘didáticos’, que propiciam, inclusive, a introjeção na memória de um léxico novo.

Nas anáforas definicionais, o *definiendum* ou o termo técnico é o elemento previamente introduzido, e o *definiens* é aportado pela expressão anafórica, que pode vir acompanhada de expressões características da definição, como *um tipo de, uma espécie de*:

- (11) Entre os conjuntos musicais populares do nordeste brasileiro encontram-se, ainda, as bandas de pífaros. É bastante curioso ouvir *esta espécie de flautim militar, que produz sons agudos e estridentes*.

A anáfora didática apresenta direção inversa: o *definiens situa-se na expressão introdutora*, ao passo que o *definiendum*, muitas vezes entre aspas, aparece na expressão referencial:

- (12) Para orientar as manobras dos aviões, os aeródromos são dotados de aparelhos que indicam a direção dos ventos de superfície. *As birutas*, que têm a forma de sacola cônica, são instaladas perpendicularmente à extremidade de um mastro.

A vantagem dessa estratégia é permitir ao locutor adaptar-se simultaneamente às necessidades de dois públicos distintos. Permitindo definir um termo ou introduzir um vocábulo técnico da maneira mais concisa possível, esse tipo de anáfora torna-se um auxiliar importante dos gêneros didático e de divulgação científica.

### **7. Introdução de informações novas por recurso a relações de pára-sinonímia**

É comum que a anáfora nominal introduzida por demonstrativos apreenda o referente sob uma denominação que constitui um sinônimo mais ou menos aproximado da designação presente no co-texto, trazendo, neste caso, informações inéditas a respeito do objeto-de-discurso, justamente por designá-lo por um novo nome que dificilmente seria previsível para destinatário, como ocorre em (13):

- (13) A polêmica parecia não ter fim. Pelo jeito, *aquele bate-boca* entraria pela noite a dentro, sem perspectivas de solução.

### **8. Orientação argumentativa, que pode realizar-se por meio de termos ou expressões metafóricas (14) ou não (15):**

Trata-se de manobra lexical, bastante comum, particularmente (mas não apenas) em gêneros opinativos:

- (14) Há que se perguntar em que planeta vive o tucanato. *Esse clã alienígena* acha que as obviedades que o relator especial da ONU, sr. Jean Ziegler, constatou não são construtivas. (FSP. 21/03/2002 A-3)
- (15) O comportamento da imprensa norte-americana merece repúdio, não só da opinião pública internacional, mas sobretudo dos trabalhadores dos órgãos de comunicação de massa, que devem estar se sentindo ultrajados e violentados em seu código de ética. Manipulando informações, agachando-se às ordens *do psicopata travestido de presidente eleito de forma fraudulenta, vergonhosa e indecente, que se auto-define salvador do mundo*, causa asco *o exibicionismo desumano e narcisista* com que a mídia americana mostra *o genocídio praticado pelo governo norte-americano e seu escravo-mor, Tony Blair*; contra o povo iraquiano. (Caros Amigos, Seção Caros leitores, Marília Lomanto Veloso, Feira de Santana, BA)

### **9. Categorização metaenunciativa de um ato de enunciação**

O uso de expressões nominais permite, muitas vezes, introduzir, no texto, o que Apothéloz (1995) denomina “objetos clandestinos”, ou seja, apresentar – metaenunciativamente – não uma recategorização do conteúdo da predicação precedente, mas a categorização e/ou avaliação de um ato de enunciação realizado (exemplos 16 -17):

(16) “O que falta é um promoter ter a iniciativa de trazer a gente para fazer uma turnê decente no Brasil.” *A bronca* não é de nenhum popstar ou dinossauro do rock que ainda não pisou no país, mas do mineiro Max Cavallera, ex-vocalista do Sepultura e atual líder do Soulfly (FSP, Folhateen, 26/03/01, p. 5).

(17) Entrevista do presidente do TSE Nelson Jobim:

Folha – Houve uma leitura no meio político de que o TSE tomou a decisão [verticalização das coligações] por causa da amizade entre sr. e Serra. A verticalização beneficiaria a pré-candidatura dele?

Jobim – Em primeiro lugar, a decisão não foi monocrática [individual]. Foi tomada por 5 a 2. *Esse pressuposto* é equivocado. Por outro lado *essa afirmação não verdadeira* parte também desse *paradigma político-eleitoral*. Ela parte da idéia de que, como beneficia alguém, foi tomada com *esse objetivo*. Isso não tem sentido. (Entrevista concedida pelo Presidente do TSE à FSP, publicada em 27/04/2002, A-6)

## Considerações finais

Acredito que as questões aqui discutidas permitem corroborar a tese de que os chamados ‘referentes’ são, na verdade, objetos-de-discurso que vão sendo construídos e reconstruídos durante a interação verbal. Os objetos-de-discurso são, portanto altamente dinâmicos, ou seja, uma vez introduzidos na memória discursiva, vão sendo constantemente transformados, reconstruídos, recategorizados no curso da progressão textual. Confirma-se, assim, a postulação de Mondada (1994:64), que registro à guisa de conclusão:

“O objeto de discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em novas configurações, bem como de articular-se em partes suscetíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. O objeto se completa discursivamente”.

## Referências bibliográficas

APOTHÉLOZ, D. Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques. In: A. BERRENDONNER & M-J. REICHLER-BEGUELIN (Eds.) *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 143-173, 1995.

\_\_\_\_\_ & CHANET, C. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: DE MULDER, W. & C. VETTERS (Eds.) *Relations anaphoriques et (in)cohérence*. Amsterdam: Rodopi, 159-186, 1997.

\_\_\_\_\_ & REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: A. BERRENDONNER & M.-J. REICHLER-BEGUELIN (Eds.) *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 227-271, 1995.

BERRENDONNER, A. Note sur la contre-inférence. *Cahiers de Linguistique Française*, 7: 259-277, 1986.

\_\_\_\_\_. Décalages: les niveaux de l'analyse linguistique. *Langue Française*, 120, 5-20, 1989.

\_\_\_\_\_ & REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (Eds.) *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995.

CHAROLLES, M. Associative anaphora and its interpretation. In: M. CHAROLLES & G. KLEIBER (Eds.) *Journal of pragmatics*, 31 (3), 311-326, 1999.

CONTE, E. Anaphoric encapsulation. *Belgian Journal of Linguistics. Coherence and anaphora*, 10, 1-10, 1996.

FRANCIS, G. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, M. (Ed.) *Advances in written text analysis*. Londres: Routledge, 1994.

KLEIBER, G. Discours et stéréotypie. In: C. SCHNEDECKER, KLEIBER & DAVID. *L'anaphore associative*. Paris: Klincksieck, 5-64, 1994.

\_\_\_\_\_. *Anaphore Associative*. Paris: P.U.F., 2001.

KOCH, I.G.V. *Referenciação: Construção discursiva*. Ensaio apresentado por ocasião do concurso para Professor Titular em Análise do Discurso do IEL/ UNICAMP, dez. 1999.

\_\_\_\_\_. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 41, IEL-Unicamp: 75-90, 2001.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_ & MARCUSCHI, L.A. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.* 14(número especial): 169-190, 1998.

LESNIEWSKI, S. *Sur les fondements de la mathématique. Fragments*. Trad. De G. Kallinowski. Paris: Hèrmes, 1989.

MARCUSCHI, L.A. *Referência e cognição: o caso da anáfora sem antecedente*. Trabalho apresentado no Encontro de Lingüística. Juiz de Fora, UFJF, dez. 1998.

\_\_\_\_\_ & KOCH, I.G.V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M.B. (Org.) *Gramática do Português Falado*, vol. VIII, Campinas: Edunicamp/Fapesp: 31-58, 1998.

MONDADA, L. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets du discours*. Lausanne: Université de Lausanne, 1994.

\_\_\_\_\_. Gestion du topic et organisation de la conversation. In: I.G.V. KOCH & E.M. MORATO (Orgs.) *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 41, 7-36, 2001.

\_\_\_\_\_ & DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation:

une approche des processus de référentiation. In: A BERRENDONNER & M-J. REICHLER-BEGUELIN (Eds.) *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 273-302, 1995.

MÜSSELER, J. & RICKHEIT, G. Inferenz- und Referenzprozesse bei der Textverarbeitung. In: S. FELIX; S. KANNGIESSER & G. RICKHEIT (Eds.) *Sprache und Wissen. Studien zur kognitiven Linguistik*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 71-97, 1990.

PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.) *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Anaphore, Cataphore et mémoire discursive. *Pratiques*, 57: 15-42, 1988.

SCHWARZ, M. *Indirekte Anaphern in Texten*. Tübingen: Niemeyer, 2000.

VAN DIJK, T. & KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press., 1983.